

DE PENAMACOR A PORTO ALEGRE: A FUGA DE UM CRISTÃO-NOVO

Sérgio Mota e Silva*

A pequena Vila de Penamacor localizada no Distrito de Castelo Branco, Beira Interior, em Portugal, fronteira com a Espanha, criada por foral do segundo Rei de Portugal D. Sancho I, em 1189, foi uma das mais tribuladas pela perseguição do Tribunal da Inquisição Portuguesa na primeira metade do séc. XVIII. Praticamente, quase toda Judiaria foi denunciada e presa pelos esbirros daquele Tribunal. Entretanto, poucos foram levados à morte na fogueira. As famílias mais perseguidas foram os Ribeiro Sanches, os Nunes de Paiva, os Ribeiro de Paiva, os Henriques, os Rodrigues e os Nunes além de outras. Era um grupo entrelaçado por casamentos entre si. Destas famílias descendem grandes personagens sobre as quais descrevo mais adiante. É notável que, nesta Vila, 128 pessoas foram processadas pela Inquisição no período de 1557 a 1778, dos quais 97 por judaísmo, representando 75% do total, 12 sem referencias e o restante por outros delitos.



Vila de Penamacor, Castelo Branco, Beira Interior, Portugal.

Foi nesse recondito lugar que nasceu Luís Henriques de Carvalho em 14 de maio de 1746, filho da cristã-nova judaizante Leonor Henriques e do cristão-velho o soldado de infantaria Constantino de Carvalho. Leonor, que também se chamava Leonor Maria, foi presa e processada pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Em seu processo de nº 739 localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa ficamos sabendo que ela foi presa em 12 de novembro de 1750 acusada de judaísmo e sentenciada a ir ao Auto-de-fé do dia 24 de setembro de 1752 "*com confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores e penitencias espirituais*". Ela nomeia no processo os parentes próximos: Isabel Ayres e Antonio Ribeiro Sanches seus tios; Antonio Ribeiro de Paiva e Luis Nunes Ribeiro, irmãos; Maria Nunes, filha de João Nunes e Antonio Mendes seus primos; Antonia do Espírito Santo, Francisco Rodrigues Mendes, Francisco Rodrigues Morão, Rosa Henriques, Perpétua Maria e Rosa Maria, filhos e ainda, José Henriques de Almeida, "*irmão da nora*".

Leonor deixou de nomear os filhos que teve com Constantino de Carvalho em segundas núpcias citando apenas os filhos dela com o primeiro marido Francisco Rodrigues Morão, como ela, também um cristão-novo. Entretanto, a filha Rosa Henriques de 15 anos de idade presa dois dias antes da mãe nomeou todos seus irmãos incluindo os filhos do segundo casamento de Leonor: Constantino, Luís, Gaspar e Ana. Esses dados estão no Processo 8770 de 1749-1752, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O Luís citado no processo, então com seis anos de idade, é o cristão-novo aqui estudado. Rosa foi sentenciada no mesmo Auto-de-Fé de sua mãe no Convento de São Domingos em Lisboa tendo como pena "*abjurar em forma de seus erros heréticos, cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores e tenha penas e penitencias espirituais e instrução na fé e da excomunhão que incorre seja absolvida*". Rosa foi solta no dia 30 de setembro de 1752.

A vida do menino Luís Henriques de Carvalho como a de qualquer outro cristão-novo foi difícil. Luís provavelmente foi um menino atormentado por saber da perseguição da Inquisição a sua família. E, como seu famoso primo o médico Antonio Nunes Ribeiro Sanches relatou em uma de suas obras deve ter sofrido humilhações na escola e na Igreja pelo fato de ser um cristão-novo. O médico Antonio Nunes Ribeiro Sanches, também natural de Penamacor, escreveu várias obras e numa delas intitulada "*Cristãos-novos e Cristãos-velhos em Portugal*", escrita em Paris em novembro de 1748, advoga o fim dessa distinção, retrata vividamente o estigma e a discriminação a que se viam sujeitos os cristãos-novos. Diz ele: "***Tanto que um menino cristão-novo é capaz de brincar com seus iguais, logo começa a sentir a desgraça de seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos brincos daquela idade, já começa a ser insultado com o nome de judeu e de cristão-novo. Os próprios padres os discriminam preferindo os meninos cristãos-velhos para ajudarem à missa, levarem o castiçal, ou vela branca. Esta preferência é bem notada daquele menino ou rapaz novo cristão; agasta-se, peleja, e chora por se ver tratado com desprezo***".

É nesse clima de perseguições que o menino Luís cresce em Penamacor e sabendo da existencia de parentes em Lisboa e no Brasil arquiteta sua fuga para o Novo Mundo. Mais adiante no relato das testemunhas em seu processo de habilitação matrimonial em Porto Alegre veremos toda sua rota de fuga até o extremo sul do Brasil mais precisamente ao continente de Rio Grande de São Pedro, fundado em 1737 pelo Brigadeiro Joseph da Silva Pais, para defender o território da cobiça espanhola por aquelas terras.

Entretanto, o estabelecimento de fazendas no litoral pelos lagunistas data de 1725, com a chamada Frota de João de Magalhães. No século anterior os bandeirantes, alguns deles cristãos-novos, já tinham trilhado o solo gaúcho em busca de riquezas e índios para a escravatura destruindo os Sete Povos das Missões comandados pelos jesuítas a serviço da Espanha. Alguns desertores e tropeiros já trilhavam o território desde a Colonia do Sacramento, fundada em 1680 pelo governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo no Rio da Prata, defronte a cidade de Buenos Aires.

Essa breve referencia histórica é para nos situarmos em relação ao funcionamento do Tribunal da Inquisição lusitana, fazendo um paralelo de época onde fica claro que, as chamas das fogueiras da Inquisição ainda ardiam em Portugal no momento inicial da colonização rio-grandense. Podemos lembrar que em 18 de outubro de 1739, apenas dois anos após a fundação de Rio Grande, Antonio José da Silva, o Judeu, advogado, teatrólogo e escritor natural do Rio de Janeiro, era queimado em Lisboa como judeu convicto e relapso. Ao mesmo tempo sua mãe, irmão e esposa abjuravam para saírem vivos do Auto-de-fé.

No início do século XVIII recrudescceu a ação do Santo Ofício em Portugal e suas colonias ao contrário do que alguns intelectuais gaúchos acreditavam. Chegaram a discutir com o professor Reuven Faingold em jornada sobre a Inquisição há cerca de 20 anos atrás em Porto Alegre. Disseram, categoricamente, que a Inquisição no século XVIII já estava debilitada e que não seria possível a presença de cristãos-novos em nosso Estado por ter sido um dos últimos a ser colonizado. Em estudo recente da historiadora Daniela Buono Calainho em seu trabalho "Agentes da Fé"¹, ficamos sabendo que haviam cinco oficiais do Santo Ofício nomeados no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1734 e 1776. A ação inquisitorial ficou evidente quando prenderam um soldado português por bigamia em Porto Alegre, cujo processo foi relatado em estudo publicado pelo Prof. Dr. Fábio Kuhn da UFRGS. Com a publicação *online* dos processos da Inquisição Portuguesa pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, ficamos sabendo, também, de outras prisões efetuadas por aquele Tribunal no Rio Grande do Sul mas nenhuma delas pela prática de judaísmo.

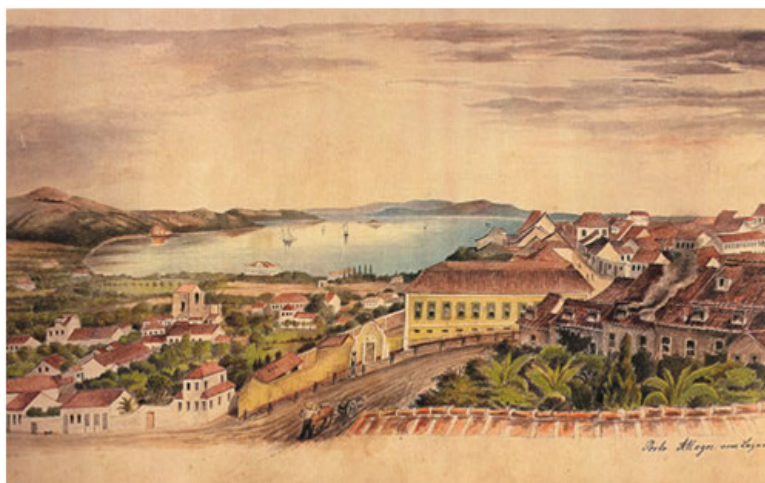
Estes fatos não significam que não existissem cristãos-novos no Rio Grande do Sul nesse período. Desde os bandeirantes e depois seus descendentes tropeiros que negociavam gado, mulas, couros e charque, muitos deles tinham origem cristã-nova. Depois vieram os casais açorianos e madeirenses em 1752 entre os quais é provável haver famílias de cristãos-novos uma vez que entre eles existem, ainda hoje, muitos

costumes judaicos. Este é um grande desafio para os historiadores já que os estudos sobre a Inquisição e cristãos-novos no Rio Grande do Sul estão só começando.

A FUGA PARA O BRASIL E OS CASAMENTOS

Como a família foi muito perseguida e, já haviam muitos espalhados pelo mundo, Luís tomou a decisão de ir ao encontro de seu tio materno que vivia no Rio de Janeiro. Esse tio que o abrigou no Rio de Janeiro o boticário Antonio Ribeiro de Paiva tinha sido processado pela Inquisição aos 25 anos por judaísmo tendo sido condenado ao confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo e penitências espirituais conforme o Processo 6980 da Inquisição de Lisboa de 24/09/1746 a 17/10/1747. Aos 14 anos e já alfabetizado Luís foi para Lisboa ficando em casa de outro parente não identificado. Dois anos mais tarde embarca com um amigo numa galera rumo ao Rio de Janeiro. Esse amigo era Manuel José de Oliveira alfaiate natural de Aveiro e morador em Porto Alegre o qual foi o primeiro das seis testemunhas em sua Habilitação de Matrimônio feita em 21 de julho de 1781 na Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Nesse documento Luís Henriques de Carvalho diz ser filho de Constantino de Carvalho e de Leonor Henriques, natural e batizado na Freguesia de Santiago da Vila de Penamacor, Bispado da Guarda (hoje de Castelo Branco).

Embora tenha nascido em lar com mãe judia não sabemos com certeza se Luís judaizava enquanto vivia em sua casa em Penamacor ou mesmo mais tarde em casa de parentes. O que se nota é que ele se esforçou para se integrar ao novo país indo à missa e se casando na Igreja Católica decerto para não levantar suspeitas sobre si dos agentes da Inquisição.



Porto Alegre séc. XIX em aquarela de H.Rudolph Wendroth

No relato das testemunhas de casamento a seguir veremos o trajeto desde sua cidade até Porto Alegre. A primeira das seis testemunhas, Manuel José é que nos conta que Luís "*se passou para Lisboa em idade menor*" e que desta cidade embarcara para o Rio de Janeiro em uma galera "*em que vieram ambos para a dita cidade*".

Já a segunda testemunha o negociante Antonio José Martins Bastos, natural da Freguesia de São Jorge de Abadim, Arcebispado de Braga e morador em Porto Alegre diz que também conheceu Luís em Lisboa onde eram vizinhos e que o mesmo teria 13 ou 14 anos "*pouco mais ou menos*" e que na Vila de Rio Grande o conheceu solteiro livre e desimpedido.

A terceira testemunha João Luis Leitão, solteiro, soldado de infantaria, natural de Santarém, Bispado de Leiria, disse que era morador de Porto Alegre. Informou que conheceu Luís na Vila de Penamacor quando esteve lá a negócio e que Luís teria de oito para nove anos de idade e que mais tarde com dez ou onze anos se passou para cidade de Lisboa onde ele ficou sabendo que Luís estava em "*casa de uns parentes*". Disse ainda que tomou conhecimento que Luís viera para a cidade do Rio de Janeiro e confirmou a origem e a filiação do mesmo.

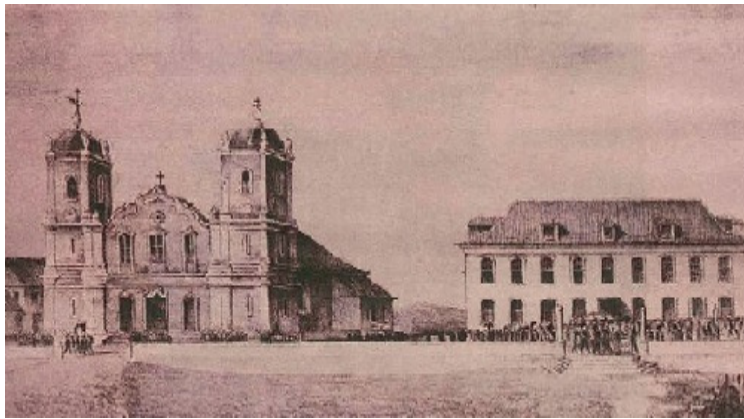
A quarta testemunha Caetano Ferreira de Araújo, solteiro e que vive de "suas agencias" natural da Vila de Ribeira da Pena, Bispado de Braga e morador na freguesia Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande de São Pedro. Disse que conhece o justificante há quatro anos e que nunca soube que o mesmo fosse impedido para o matrimônio.

A quinta testemunha Manuel de Araújo Vilella, solteiro, marinheiro, natural de Lisboa informou que em Lisboa "*estando em casa de um seu patrão, Manuel dos Santos Fialho, onde o conheceu no tempo de quatro anos e que nunca soube que o mesmo fosse na dita cidade impedido*". Disse ainda que Luís "*se embarcara numa galera e que ele testemunha andara no Rio de Janeiro onde o conheceu perto de um ano em casa de um tio por nome Antonio*" e que nunca soube que o mesmo fosse impedido para o matrimônio. Afirmou que sabia que Luís "*assistia na Freguesia de Rio Grande onde o conheceu melhor de um ano e meio*" e que ignora quem são seus pais mas ouviu dizer que Luís é natural de Penamacor.

A sexta e última testemunha, Francisco Salgueiro de Paiva, solteiro, "*presente nesta Vila de Porto Alegre e nela vive de andar embarcado*", natural do Rio de Janeiro onde conheceu Luís "*perto de um ano em casa de um seu tio Antonio Ribeiro*". Disse que nunca teve notícia que o mesmo tivesse no Rio de Janeiro "*o mais mínimo embaraço com mulher alguma*". Informou também que na "*Vila do Rio Grande de São Pedro o conhece melhor de três anos*" e que nunca ouviu dizer que o mesmo fosse impedido e ignora quem sejam os pais e de onde Luís é natural.

Francisca Luiza a noiva de Luís era nascida e batizada na paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Rio Grande de São Pedro em 1762, filha de Antonio da Silva e Ignácia Xavier. Aos nove meses de idade seus pais a trouxeram com sua irmã Maurícia para a Vila de Viamão, transformada em capital do Estado, devido a Invasão Espanhola de 1763 em Rio Grande e que durou até 1777 quando os castelhanos foram expulsos.

Depois de muita dificuldade para obter as certidões e banhos das paróquias por onde andou, Penamacor, Lisboa, Rio de Janeiro, Rio Grande e Porto Alegre, foi atestado que Luís era solteiro e poderia se casar. O casamento foi realizado em 14 de agosto de 1781, na igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Desse primeiro casamento tiveram todos nascidos em Porto Alegre os filhos: Mateus em 1782; Hipólita Leonor nascida em 1783; Leonor Henriqueta, nascida em 1784 observando-se, assim, que Luís não esquecera de sua mãe e, ainda, Domingos nascido em 18 de novembro de 1785. Francisca Luiza faleceu em 1786, em Porto Alegre, aos 26 anos de idade. Luís foi viver em Santo Antonio da Patrulha, onde exerceu o cargo de Provedor dos registros de Viamão e Santa Vitória, casando novamente, em 1791, com Maria Ignácia Pereira, natural de Povo Novo, Vila de Rio Grande cerca de 1774 e teve os seguintes filhos: Constantino Antonio nascido em 1794; Florisbela em 1795; Delfino, batizado em 22 de agosto de 1796; Clodoveu, batizado em oito de setembro de 1799 e Felisberto batizado em 19 de março de 1800, todos na Igreja de Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande do Sul. Luís faleceu nesta cidade em dois de setembro de 1802 aos 56 anos de idade.



Igreja Matriz de N. Sra. Mãe de Deus de Porto Alegre, séc. XIX

O cristão-novo Luís Henriques de Carvalho teve grande descendência no Rio Grande do Sul um deles meu irmão o Dr. José Juarez Marques natural de Lagoa Vermelha e o Dr. Roni Fontoura de Vasconcelos, pentaneto de Luís Henriques de Carvalho, natural e residente no Rio de Janeiro o qual me forneceu informações importantes para a realização desse trabalho. É interessante notar que estes dois descendentes seguiram a tradição profissional atávica da Medicina na família.

PARENTES ILUSTRES

O seu mais ilustre parente foi o Dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches, também natural de Penamacor, (Penamacor 07 de março de 1699 - Paris 14 de outubro de 1783) um dos mais famosos médicos europeus de seu tempo, escreveu uma auto-biografia repleta de detalhes de como se vivia como cristão-novo em Portugal naqueles anos. Ele escreveu em oito de novembro de 1748 em Paris, o opúsculo intitulado: "*Cristãos-novos e Cristãos-velhos em Portugal*" onde advoga o fim dessa distinção, retrata vivamente o estigma e a discriminação a que se viam sujeitos os cristãos-novos. Diz ele: "*Tanto que um menino cristão-novo é capaz de brincar com seus iguais, logo começa a sentir a desgraça de seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos*

brincos daquela idade, já começa a ser insultado com o nome de judeu e de cristão-novo. Os próprios padres os discriminam preferindo os meninos cristãos velhos para ajudarem à missa, levarem o castiçal, ou vela branca. Esta preferência é bem notada daquele menino ou rapaz novo cristão; agasta-se, peleja, e chora por se ver tratado com desprezo".

Antonio Nunes Ribeiro Sanches fugiu de Portugal aos 27 anos de idade sabendo da prisão em 1726 e da denúncia por prática de judaísmo feita pelo primo Manuel Nunes Sanches, cirurgião e estaqueiro na Vila Franca de Xira, com quem havia se desentendido. Foi para Pisa e em seguida seguiu para Londres onde foi circuncidado na Sinagoga de Bevis Marks, da comunidade portuguesa daquela cidade. Foi discípulo do mais famoso médico da Europa o Dr. Herman Boerhaave, na Universidade de Leyden, na Holanda o qual o indicou para ser médico da Corte russa tendo salvado a vida da futura Czarina Catarina II então com 15 anos e foi médico da Czarina Isabel Petrovna filha de Pedro o Grande. De volta a Paris, onde terminou seus dias, foi reconhecido como grande médico e intelectual tendo escrito inúmeras obras de Medicina e outros assuntos. Ao deixar a Rússia em 1747 recebeu um certificado da Czarina onde dizia: *"Nasceu para servir o Mundo e não para se servir dele"*.



Dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches

O médico, filósofo e matemático Francisco Sanches é outro iminente parente de Luís Henriques de Carvalho. Nasceu em Braga em 1550 e fugiu de Portugal aos 12 anos de idade indo para Bordéus onde estudou no Colégio da Guiana que era um foco intenso de renovação intelectual com influencia no Renascimento italiano e o reformismo religioso. Foi para a Itália estudar Medicina e depois retornou a França e trabalhou no hospital de Toulouse onde por mais de 30 anos foi diretor dos serviços médicos. Estudou também em Montpellier mas fixou residência em Toulouse onde ficou até o fim de sua vida em 1622.

Além de médico foi também um eminente filósofo: contestou a filosofia de Aristóteles e o pretenso saber da escolástica, mostrando o falível do testemunho dos sentidos, denunciando a ineficácia dos métodos tradicionais e tentou definir o seu

próprio ideal de conhecimento. A sua obra principal saiu em Lyon em 1581 com o título "Quod nihil scitur" (Que nada se sabe).

Outro parente ilustre foi o tio de Luís já mencionado o boticário Antonio Ribeiro de Paiva um dos presos pela Inquisição em Penamacor em 1746 quando esse tribunal intensificava a perseguição aos cristãos-novos no Bispado da Guarda. Diz a Prof.^a Dra. Bella Herson³ que "quando ele foi preso vários outros membros da família, alarmados mudaram-se para diferentes lugares em Portugal, fugiram para onde podiam e uma parte deles veio para o Brasil". Nos cárceres da Inquisição Antonio hesitou em denunciar seu tio materno o médico Antonio Ribeiro Sanches e que por isto foi posto duas vezes a "tortura". Mesmo sendo colocado no potro e sofrendo muito não denunciou seu tio fato que determinou uma segunda sessão de tortura quando confessou ser crente da Lei de Moisés tendo praticado o judaísmo com seu tio e outros parentes.

Antonio Ribeiro de Paiva foi libertado em 17 de junho de 1747 e foi para Castelo Branco onde nasceu seu filho o médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva em 23 de dezembro de 1752. Antonio foi para o Rio de Janeiro onde instalou sua botica. Manuel o filho também foi preso pela Inquisição acusado de heresia e libertinagem e degredado para o Brasil onde foi reabilitado por D. João VI tendo lecionado Farmácia e Medicina no Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia com a admiração do Conde da Palma, Governador da Capitania. O Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva que era primo do cristão-novo Luis Henriques de Carvalho, faleceu em Salvador em 1829. O outro filho de Antonio Ribeiro de Paiva era o boticário Teotonio Ribeiro de Paiva, que vivia no Rio de Janeiro, entretanto, ele não foi perseguido. Na Bahia desde o século XVII haviam muitos Paiva, Henriques e Sanches a parentela da família aqui estudada, citados no livro "Cristãos-Novos na Bahia", da Prof.^a Dra. Anita Novinsky



Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva

FONTES CONSULTADAS:

Fonte primária:

1) Processo de Habilitação Matrimonial de Luís Henriques de Carvalho e de Francisca Luiza, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, série Habilitação Matrimonial, 1781/39 caixa 29.

Bibliografia:

1) Bueno Calainho, Daniela - "Agentes da Fé" Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial, in Anexos, p. 177, Edusc, Bauru, São Paulo, 2006.

2) Mendes de Carvalho, Flávio - "Raízes Judaicas no Brasil", págs. 104 e 297, Editora Nova Arcádia, 1ª Edição, São Paulo, 1992.

3) Herson, Bella - "Cristãos-Novos e seus Descendentes na Medicina Brasileira", (1500-1850), págs. 177 a 180. Editora Edusp, 1996.

4) Novinsky, Anita - "Cristãos-Novos na Bahia", págs. 233, 235 e 237, Editora Perspectiva e USP, São Paulo, 1972

5) Gil Mendes, Laurinda - "Os Judeus de Penamacor e a Inquisição", Câmara Municipal de Penamacor, Arquivo Municipal, 2010.

6) Nunes Ribeiro Sanches, António - "Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos em Portugal, opúsculo publicado em Paris em 8 de novembro de 1748.

Endereços virtuais:

1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

Processos: 739, 8770, 6980, 13369.

<http://ttonline.dgarq.gov.pt/DServe.exe?dsqServer=calm6&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog>

2) Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil.

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias>

3) Wikipedia http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Nunes_Ribeiro_Sanches

Informações pessoais:

1) Informações do Dr. Roni Fontoura de Vasconcelos, pentaneto de Luís Henriques de Carvalho, sobre história e genealogia da família.

Imagens:

Arquivo pessoal e da internet.

* Sérgio Mota e Silva, natural de Lagoa Vermelha, RS é jornalista formado na FAMECOS, PUCRGS, Especialista em História pela FAPA, Faculdades Porto-Alegrenses, Diretor do Departamento de Assuntos Judaicos do ICP, Instituto Cultural Português e pertence ao grupo de pesquisadores do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, de Porto Alegre. E-mail sermosilva@hotmail.com